



INTERVENÇÃO DO MINISTRO DAS FINANÇAS, MÁRIO CENTENO

APRECIÇÃO DA PROPOSTA DE LEI DO ORÇAMENTO DO ESTADO PARA 2018

COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E MODERNIZAÇÃO
ADMINISTRATIVA E COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA
SOCIAL

25 DE OUTUBRO DE 2017, ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Senhor[a] Presidente,

Senhoras e senhores deputados,

Neste período difícil pelo qual o país está a passar dirijo as minhas primeiras palavras para aqueles que perderam familiares, amigos e o fruto de muitos anos de trabalho nos incêndios de 15 e 16 de outubro, a que se juntam todas as outras que ao longo deste ano foram atingidas pelos incêndios que assolaram o nosso país. A estes devemos a solidariedade que as comunidades esperam de todos em



momentos como este. Este Orçamento é um instrumento de solidariedade nacional, para dar resposta a um flagelo de enorme dimensão em termos humanos, sociais e económicos.

No passado dia 13, o Governo apresentou a proposta de Orçamento do Estado para o ano de 2018, o terceiro no quadro da atual legislatura.

Iniciamos hoje o salutar processo de debate e análise das opções do Governo. Faço votos para que este debate e os das próximas semanas sejam produtivos e, acima de tudo, visem exclusivamente o interesse de Portugal e dos Portugueses.

Da parte do Governo – em particular da minha parte e da equipa que me acompanha –, podem contar com a nossa disponibilidade e franca colaboração.

Permitam-me que comece por referir o contexto em que esta proposta de Orçamento surge.



O crescimento da economia, a solidez do mercado de trabalho, a estabilização do sistema financeiro e a saúde das contas públicas são as marcas indelevelmente associadas à nossa governação.

Os números não deixam margem para dúvidas.

A economia portuguesa regista hoje o maior crescimento das últimas duas décadas, cresce 3%. As exportações crescem perto de 10%. Os dados mais recentes mostram um aumento de 18% das exportações para o mercado extra-comunitário, o melhor mês de setembro de sempre das exportações portuguesas. O investimento cresce mais de 10%, seja na construção, nas máquinas e equipamentos ou no material de transporte.

O mercado de trabalho assiste à maior redução do desemprego desde o século passado, com o desemprego dos portugueses entre 35 e 55 anos a situar-se abaixo dos 7%. O emprego cresce perto de 4%, essencialmente com base no emprego permanente. 91% do emprego criado no segundo trimestre é emprego estável, não são contratos a prazo. Não é emprego precário.



O Governo iniciou funções em novembro de 2015, há pouco menos de dois anos. Ao longo deste período encontrámos soluções estruturais para um conjunto de problemas no sistema financeiro: Banif, Caixa Geral de Depósitos, Novo Banco, Fundo de Resolução, e crédito malparado. Muitas destas situações necessitavam a intervenção urgente do Estado, que foi sucessivamente adiada pelo anterior Governo. Estava muito por fazer. Não havia uma política para o sistema bancário destinada a assegurar a estabilidade financeira, não havia – sabemos hoje – sequer discussão! O anterior Governo foi negligente com o sistema financeiro nacional e desprezou a estabilidade financeira. Estava à espera de uma qualquer mão invisível, de um milagre da divina providência.

Com o atual Governo, os bancos iniciaram um processo de reforço das suas posições de capital e de alargamento da base de investidores à escala global.

Hoje, temos um sistema financeiro mais sólido e preparado para apoiar a economia nacional.



A proposta de Orçamento transmite a segurança de quem cumpriu todas as metas com que se comprometeu. Registamos responsabilmente uma redução do défice e da dívida pública.

O Programa do Governo sufragado por esta Assembleia está a ser cumprido. É esta garantia de compromisso e de rigor que continuaremos a transmitir aos portugueses até final da legislatura.

As políticas económicas são avaliadas e assentam em previsões. Recorrentemente ouvimos observações feitas por esta ou por aquela entidade. Mas hoje, dois anos depois, confirmamos que o cenário que apresentámos com o Programa do Governo era realista e, como tal, está a ser cumprido.

Temos vindo a registar uma aceleração da economia portuguesa, prevendo-se, prudentemente, que em 2017 o PIB cresça 2,6% e de novo cresça 2,2% em 2018.



Este crescimento assenta no dinamismo do investimento – com um aumento de 10,1% da Formação Bruta de Capital Fixo – nas exportações – com um crescimento de 8,9%, mais 6,1 p.p. relativamente ao observado no primeiro semestre do ano passado –, tendo o consumo privado mantido um crescimento moderado e o consumo público registado uma diminuição de 0,5%.

Por estas razões, esta taxa de crescimento é ainda mais notável. Nunca um crescimento do PIB desta magnitude assentou numa evolução da despesa tão sustentável e capaz de gerar valor e emprego.

O dinamismo do setor privado lidera a recuperação, merecendo o nosso destaque e o nosso reconhecimento pelo trabalho realizado por tantos trabalhadores e empresas.

No mercado de trabalho, o desemprego diminuiu e o emprego cresce. Não sugerimos que ninguém saísse do país para melhorar as estatísticas negras do desemprego como o fez o anterior Governo. Em 2018 a tendência de crescimento do emprego manter-



se-á, com o desemprego a consolidar a sua redução, em especial entre os mais jovens. A população ativa continuará a aumentar e os salários acompanharão esta evolução. Todos estes são indicadores da trajetória que o País esta e continuará a fazer.

O ano de 2017 fica inevitavelmente marcado pela afirmação no quadro internacional da estratégia que temos vindo a prosseguir. Pois é! A saída de Portugal do Procedimento por Défice Excessivo é uma realidade senhores deputados. Afastamos os temores das sanções e da suspensão de fundos. O rigor das contas públicas e a implementação de políticas estruturais sérias garantiram que isso não acontecesse!

Sim! Foi possível!

Mais recentemente, a melhoria do *rating* da República, entrando na classificação de recomendação de investimento, abriu caminho ao alargamento da base de investidores na dívida da República e determinou uma redução dos custos de financiamento da economia portuguesa.



Foi em primeira linha uma vitória de todos os portugueses refletida na melhoria das nossas condições de financiamento. Esta é definitivamente uma conquista que tem um efeito determinante na melhoria das condições de financiamento das famílias e das empresas e, por conseguinte, na vida de todos os portugueses.

Senhor[a] Presidente, senhoras e senhores Deputados,

É num contexto de estabilidade política reforçada que o Governo apresenta à Assembleia da República a sua proposta de Orçamento do Estado para o ano de 2018.

A estabilidade governativa e a responsabilidade política são uma conquista desta legislatura.

Os portugueses sabem que podem contar com a nossa responsabilidade ao longo de toda a legislatura.

Registámos um défice de 2% em 2016 e projetamos 1,4% para 2017 e 1,0% no ano de 2018. Já na dívida pública, esperamos alcançar



uma redução gradual, passando de 130% em 2016 para 126% em 2017 e, baixando, de novo, para 123,5% em 2018.

Também em 2018, a despesa volta a aumentar de forma moderada e controlada: +1,0% em 2016, +2,4% em 2017 e +1,9% em 2018. Crescimentos sempre inferiores à taxa de crescimento nominal da economia, garantindo uma redução do peso da despesa pública no PIB. Sim! Isto é uma consolidação estrutural e sustentável.

Não são cortes de salários temporários travestidos de permanentes para Bruxelas ver.

Não são esmagamentos de despesa que destroem a Administração Pública para entregar os serviços públicos ao Deus mercado.

São políticas estruturais, inclusivas e que reforçam o papel de uma Administração Pública que se quer sólida e que presta serviços públicos e de qualidade.

Ao contrário do que tem sido propalado, não houve cortes cegos na despesa. Não houve. E quem afirma o contrário fá-lo porque



está em negação. Ignora o rigor, que houve e continuará a existir nos exercícios de revisão da despesa.

Muitos se surpreenderão por não existirem orçamentos retificativos, por não existirem derrapagens orçamentais, por nenhuma das medidas que implementámos ir contra a Constituição da República ou contra os portugueses em geral.

Hoje, todos os portugueses sabem que podem contar com o Governo, com a seriedade e responsabilidade que lhe são exigidas, para a gestão da coisa pública e para a promoção do desenvolvimento económico e social do país.

A ideologia da anterior legislatura visou com particular dureza os trabalhadores do Estado. A proposta de Orçamento reverte o desinvestimento no capital humano da Administração Pública. Dá o mais significativo passo no sentido de uma reforma da AP, promovendo o descongelamento das progressões e das promoções, fatores fundamentais na promoção da produtividade, da dignidade do trabalho e da motivação dos trabalhadores, pois permitem que



as carreiras retomem, progressivamente, o seu desenvolvimento regular.

Apesar do necessário controlo e das regras de recrutamento vigentes, o emprego público cresceu nas áreas mais martirizadas pelo Programa de Ajustamento. Temos hoje, na Saúde, mais 6500 trabalhadores; na Educação, mais 3000 professores.

Estas decisões, focadas e responsáveis, representam um assumido virar de página no desinvestimento nos serviços e nos trabalhadores públicos e contribuem para construir instituições públicas mais fortes, com modelos de governação sólidos e que motivem quem nelas trabalha para reforçar a capacidade de reposta nas funções centrais do Estado.

Senhor[a] Presidente, senhoras e senhores deputados,

No plano das receitas e, em particular, no plano das receitas fiscais, estas acompanham a evolução da economia, mas a carga fiscal em 2018 cai para um quarto do PIB (25%, menos 4 décimas



que em 2015. São menos 800 milhões euros na carga fiscal que os portugueses têm que suportar).

A reformulação dos escalões do IRS, que passam de cinco para sete, e a alteração do mínimo de existência, com a sua introdução pela primeira vez nos rendimentos da Categoria B, promovem uma redistribuição mais justa dos rendimentos. Estas alterações fazem com que a taxa média de imposto se reduza entre o segundo e o último escalão de rendimento coletável.

São devolvidos aos portugueses nos próximos dois anos, apenas por esta medida de alteração dos escalões, 385 ME da riqueza que eles produzem em cada ano.

Também o investimento público, prioridade central para o Governo, acelera em 2017 e em 2018 (de 17,9%, em 2017, para 40,4%, em 2018). Este esforço visa a dinamização da competitividade, do crescimento económico e da coesão social. Refiro-me a áreas críticas para o desenvolvimento do País:



educação, saúde, transportes, infraestruturas e inovação tecnológica.

Uma palavra final para a proteção social.

Não há crescimento económico sem que pensemos em todos. Por isso introduzimos a Prestação Social de Inclusão. Por isso pela primeira vez em mais de uma década todas as pensões vão ser atualizadas. Assim o determina, e assim será, a Lei de Bases da Segurança Social.

A solidariedade não pode ser uma palavra vã. Não pode ser a única palavra.

Por isso este é um orçamento de continuidade, de estabilidade e previsibilidade. Para que todos possam investir no futuro. As famílias em educação, o maior investimento que qualquer português pode fazer, em si mesmo e no País. As empresas na criação de emprego e na capacidade produtiva, para satisfazer o



mercado nacional, o turismo e as exportações. Nunca nos esqueçamos, todos os mercados contam.

Senhor[a] Presidente, senhoras e senhores deputados,

Volto agora à imperiosa necessidade de incluir no OE de 2018 as medidas de apoio à recuperação económica e social, mas também de prevenção e combate aos incêndios que decorrem das decisões do Conselho de Ministros de dia 21 de outubro.

Muitas destas medidas já tinham uma expressão orçamental no documento original. Infelizmente, não nos podemos esquecer da tragédia que assolou o país em junho passado, a qual já nos obrigava a rever as políticas públicas para esta área.

Outras destas medidas deverão agora ser consideradas, sendo que algumas terão um impacto orçamental adicional, enquanto outras não implicam um aumento do défice público, já que pela sua natureza serão acomodadas na gestão orçamental, financiadas por



fundos europeus ou através de dotações extra Orçamento do Estado.

A gestão rigorosa dos últimos anos permite ao Governo, neste momento, ter a capacidade de incluir estas medidas no Orçamento do Estado para 2018, sem colocar em causa os compromissos assumidos.

Estamos aqui hoje para iniciar o debate sobre a proposta de Orçamento para o próximo ano, para preservar e projetar um futuro com confiança e previsibilidade.

Da parte do Governo, como sempre, podem contar com a nossa participação responsável, na procura das melhores e mais sustentáveis soluções para os desafios do nosso país.

Muito obrigado.